

Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – MALFITANO, Ana Paula Serrata; SILVA, Tatiana Viana da. Abrigo como medida de proteção para crianças e adolescentes: um levantamento bibliográfico PÓS-ECA. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo (São Paulo/SP), 25, pp. 94-100, 2014.

2) Resumo e Palavras-Chave – O tema do abrigo e acolhimento institucional é de grande relevância social, naquilo que concerne às medidas de proteção à infância e à juventude. Tendo em vista conhecer o estado da arte acerca da produção acadêmica sobre temática de relevância social, objetivou-se examinar a produção científica sobre acolhimento e abrigamento de crianças e adolescentes, a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Para tanto, realizou-se um levantamento em fontes bibliográficas de artigos, teses e dissertações, no período de 1990 a 2010. Foram encontrados 1.651 artigos, sendo que, após o refinamento, foram selecionados 44, que foram analisados segundo as categorias: base, descritor, ano, periódico, objetivo e população estudada. Em teses e dissertações, de um total de 6.228 encontradas, 500 estavam relacionados ao tema, sendo analisada sua quantidade por descritor. Conclui-se que, em 20 anos, o tema foi pouco pesquisado, demonstrando uma lacuna, do ponto de vista acadêmico-científico, para a apreensão e compreensão desse fenômeno social.

Palavras-Chave: abrigo; adolescente; adolescente institucionalizado; bases de dados bibliográficas; criança; criança institucionalizada; defesa da criança e do adolescente; institucionalização.

3) Objetivo do estudo – Examinar a produção científica de artigos, dissertações e teses com a temática de abrigos e acolhimento de crianças e de adolescentes, a partir da reconfiguração legislativa inaugurada pelo ECA.

4) Tipo de pesquisa – Bibliográfica

5) Período da pesquisa – Levantamento em fontes bibliográficas de artigos, teses e dissertações, publicados no período de 1990 a 2010.

6) Forma de coleta de dados – Realizou-se um levantamento em fontes bibliográficas de artigos, teses e dissertações, publicados no período de 1990 a 2010. Para as teses e dissertações, fez-se o recorte no período de 1990 a 2009, pois os dados de 2010 não estavam disponibilizados na ocasião da realização deste levantamento. Os descritores utilizados para a efetivação da busca foram: “abrigo”, “acolhimento à criança”, “institucionalização”, “orfanato”, “convivência familiar e comunitária”, “família substituta” e “família acolhedora”.

Foram escolhidos pelo tema (abrigo, acolhimento à criança) ou por alguma referência histórica (orfanato, institucionalização, convivência familiar e comunitária), ou ainda a uma outra alternativa de acolhimento para crianças e adolescentes, prevista pelas atuais leis brasileiras (família substituta e família acolhedora). Utilizou-se as seguintes bases de dados eletrônicas: Portal de Teses e Dissertações da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Portal de Periódicos da CAPES, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Biblioteca Virtual de Ciências Humanas (BVCH).

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – Foram encontrados 1.651 artigos, sendo que, após o refinamento, foram selecionados 44, que foram analisados segundo as categorias: base, descritor, ano, periódico, objetivo e população estudada. Em teses e dissertações, de um total de 6.228 encontradas, 500 estavam relacionados ao tema, sendo analisada sua quantidade por descritor.

8) Resultados / dados produzidos – Aplicando -se o critério de inclusão, dentre o total de textos selecionados, foram selecionados 44. Observando-se a predominância dos descritores, encontrou-se maior concentração em abrigo, com 55%, e institucionalização, com 32%. Os demais apresentavam pouca expressividade percentual, sendo, 5,6% convivência familiar e comunitária, 2,8% acolhimento à criança, 1,9% família substituta, também 1,9% para família acolhedora e, por fim, 0,8% orfanato. Fazendo-se um levantamento sobre os anos de publicação dos artigos, observa-se a inexistência de textos sobre a temática entre 1990 e 1998, sendo o primeiro de 1999. Encontra-se uma distribuição não equânime, sendo que os anos de 2004, 2007, 2008 e 2009 possuem uma maior quantidade de textos publicados. Predomina, nos artigos examinados, diversas problemáticas em torno das crianças e adolescentes abrigados, porém poucos trabalhos dedicados à compreensão e produção de conhecimento sobre os aspectos relacionados à prática propriamente dita do acolhimento institucional, medida de proteção de extrema relevância para a população infanto-juvenil brasileira. Com relação a teses e dissertações encontramos o total de 6.228 resumos, no período de 1990 a 2009. Igualmente ao levantamento de artigos, aplicou-se o critério de inclusão, restando 500 dissertações ou teses relacionadas ao acolhimento institucional de crianças e/ou adolescentes. Quanto aos descritores, foram encontradas 221 teses ou dissertações com o descritor abrigo; 135 com institucionalização; 4 com orfanato; 60 com acolhimento à criança; 31 com convivência familiar e comunitária; 40 com família substituta e nove com família acolhedora. O descritor abrigo corresponde a 44,2% dos resumos selecionados e institucionalização, a 27%. Na sequência, acolhimento à criança, com 12%, família substituta, com 8%, convivência familiar e comunitária, com 6,2%, família substituta, com 8%, convivência familiar e comunitária, com 6,2%, família acolhedora, com 1,8% e orfanato com 0,8%. Quanto à distribuição por ano, encontrou-se trabalhos realizados desde 1990. A maior concentração estava nos anos de 2008, 2006 e 2009 respectivamente.

Apesar de a efetivação dos direitos da criança e do adolescente ser prioridade absoluta determinada por lei, juntamente à mudança relativamente recente na estruturação de tais serviços, assim como pela complexidade da ação de acolhimento, como medida protetiva para as crianças e os adolescentes que tiveram seus direitos violados ou ameaçados, a porcentagem de artigos, teses e dissertações encontradas demonstra que o assunto não tem sido prioridade nos estudos científicos, resultando em pouco material que poderia oferecer subsídios para a efetivação e aprimoramento dos serviços. Conclui-se que, em 20 anos, o tema foi pouco pesquisado, demonstrando uma lacuna, do ponto de vista acadêmico-científico, para a apreensão e compreensão desse fenômeno social.

9) Recomendações – No âmbito da configuração da sociedade brasileira, assinala-se que, após mais de vinte anos de promulgação do ECA, muitas discussões são ainda necessárias para que se compreenda a efetivação do princípio jurídico nas vivências sociais.

10) Observações e destaques – Destaca-se a necessidade que a academia se debruce sobre a realidade de acolhimento às crianças e adolescentes em instituições, com necessidade de compreensão, aprofundamento e produção de conhecimento que se traduzam em tecnologias sociais aplicáveis aos cenários sociais concretos.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.